



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DA UNIÃO EUROPEIA

Relatório anual 2024

Estatísticas judiciais do Tribunal de Justiça

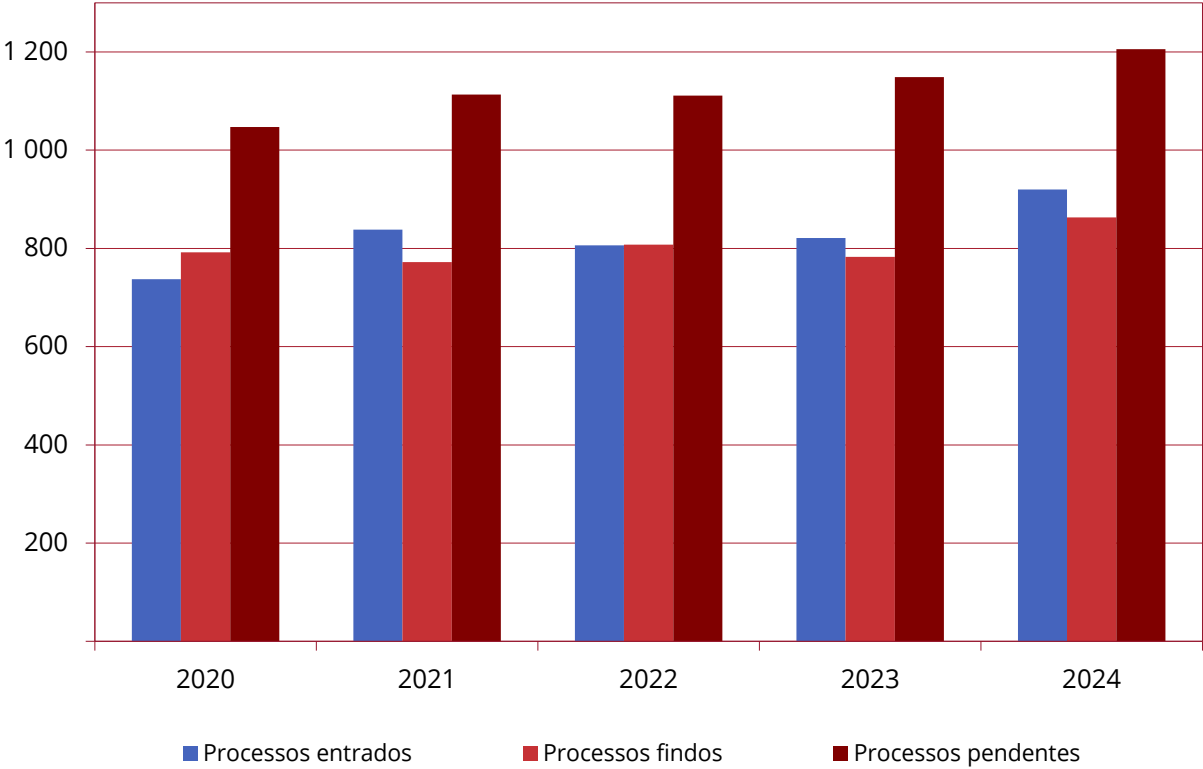


Estatísticas judiciais do Tribunal de Justiça

I. Atividade geral do Tribunal de Justiça — Processos entrados, findos, pendentes (2020-2024)	4
II. Processos entrados — Natureza dos processos (2020-2024)	5
III. Processos entrados — Matéria da ação ou do recurso (2020-2024)	6
IV. Processos entrados — Matéria da ação ou recurso (2024)	8
V. Processos entrados — Reenvios prejudiciais por Estado-Membro (2020-2024)	10
VI. Processos entrados — Ações por incumprimento de Estado (2020-2024)	11
VII. Processos findos — Natureza dos processos (2020-2024)	12
VIII. Processos findos — Acórdãos, pareceres, despachos (2024)	13
IX. Processos findos por acórdão, parecer ou despacho com natureza jurisdicional — Formação de julgamento (2020-2024)	14
X. Processos findos por acórdão, parecer ou despacho de caráter jurisdicional — Matéria da ação ou recurso (2020-2024)	15
XI. Processos findos por acórdão, parecer ou despacho de caráter jurisdicional — Matéria da ação ou recurso (2024)	17
XII. Processos findos — Acórdãos proferidos em ações por incumprimento de Estado: sentido da decisão (2020-2024)	19
XIII. Processos findos — Recursos de decisões do Tribunal Geral: sentido da decisão (2020-2024)	20
XIV. Processos findos — Duração dos processos, em meses (2020-2024)	21
XV. Processos pendentes em 31 de dezembro — Natureza dos processos (2020-2024)	22
XVI. Processos pendentes em 31 de dezembro — Formação de julgamento (2020-2024)	23
XVII. Processos submetidos a tramitação acelerada (2020-2024)	24
XVIII. Processos prejudiciais com tramitação urgente (2020-2024)	25
XIX. Processos de medidas provisórias (2020-2024)	26
XX. Recursos de decisões do Tribunal Geral visados no artigo 58.º-A do Estatuto (2020-2024)	27
XXI. Evolução geral da atividade judicial (1952-2024) — Processos entrados e acórdãos ou pareceres	28
XXII. Evolução geral da atividade judicial (1952-2024) — Reenvios prejudiciais entrados, por Estado-Membro e por ano	30
XXIII. Evolução geral da atividade judicial (1952-2024) — Reenvios prejudiciais entrados, por Estado-Membro e por órgão jurisdicional	32

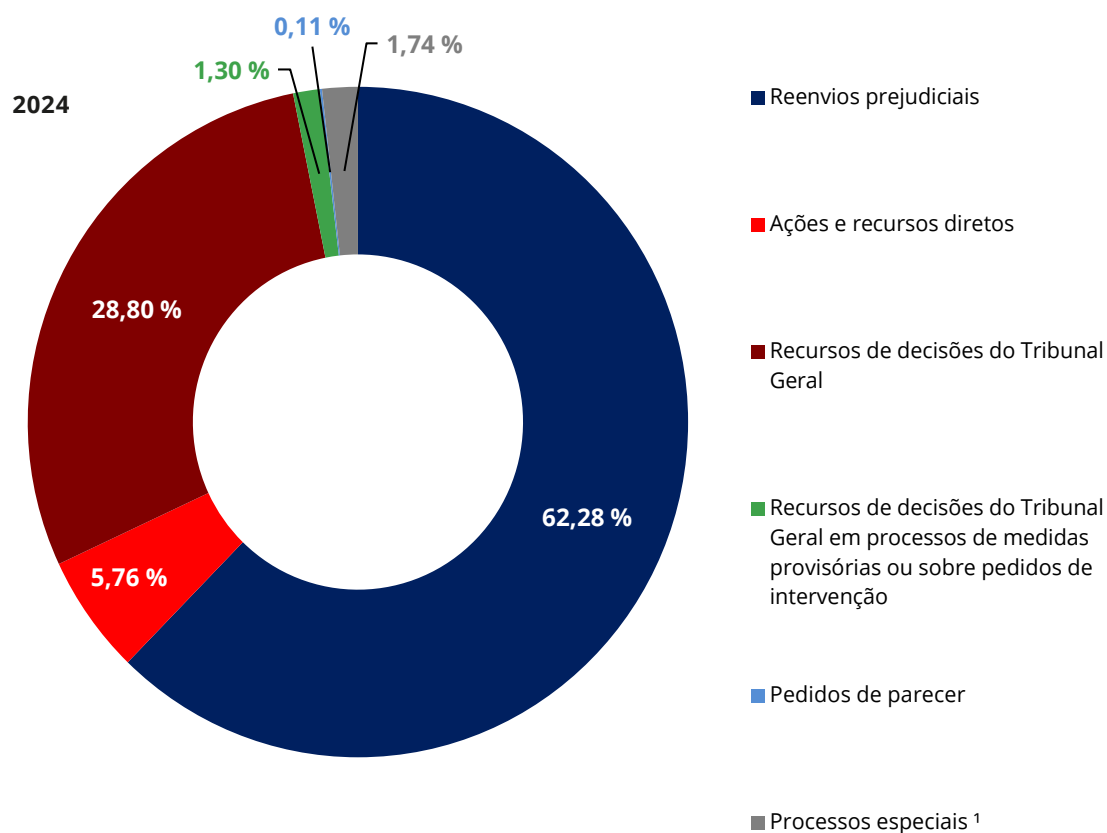
XXIV.	Evolução geral da atividade judicial (1952-2024) —	
	Ações por incumprimento intentadas contra os Estados-Membros	35
XXV.	Atividade da Secretaria do Tribunal de Justiça (2020-2024)	36
XXVI.	Pedidos de decisão prejudicial referidos no artigo 50.º-B do Estatuto (2024)	37

I. Atividade geral do Tribunal de Justiça —
Processos entrados, findos, pendentes (2020-2024)



Panorama geral	2020	2021	2022	2023	2024
Processos entrados	737	838	806	821	920
Processos findos	792	772	808	783	863
Processos pendentes	1 047	1 113	1 111	1 149	1 206

II. Processos entrados — Natureza dos processos (2020-2024)



Natureza dos processos	2020	2021	2022	2023	2024
Reenvios prejudiciais	557	567	546	518	573
Ações e recursos diretos	38	29	37	60	53
Recursos de decisões do Tribunal Geral	125	223	193	213	265
Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou sobre pedidos de intervenção	6	9	16	18	12
Pedidos de parecer	1	0	0	0	1
Processos especiais ¹	10	10	14	12	16
Total	737	838	806	821	920
Pedidos de medidas provisórias	3	8	4	9	6

1| Consideram-se «processos especiais»: a assistência judiciária; a fixação das despesas; a retificação; a omissão de pronúncia; a oposição a um acórdão proferido à revelia; a oposição de terceiros; a interpretação; a revisão; o exame de uma proposta do primeiro-advogado-geral de reapreciação de uma decisão do Tribunal Geral; o processo de penhora; os processos em matéria de imunidade.

III. Processos entrados — Matéria da ação ou do recurso (2020-2024)

Matéria da ação ou recurso	2020	2021	2022	2023	2024
Ação externa da União Europeia	4	6	5	1	2
Acesso aos documentos	1	4	4	4	4
Agricultura	15	19	24	17	19
Ambiente	23	23	35	43	44
Aproximação das legislações	35	63	54	50	55
Auxílios de Estado	18	42	25	51	33
Cidadania da União	11	14	7	7	4
Cláusula compromissória	1	3	2	2	2
Coesão económica, social e territorial	2	3	3	3	2
Concorrência	16	26	30	32	34
Contratos públicos	13	21	26	25	15
Direito das sociedades	1	2	1	3	7
Direito institucional	27	39	32	23	15
Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, combate à fraude, ...)	7	7	2	1	5
Educação, formação profissional, juventude e desporto	0	2	0	3	2
Emprego	1	1	0	0	1
Energia	7	3	7	8	9
Espaço de liberdade, segurança e justiça	96	106	94	83	123
Fiscalidade	64	53	62	54	47
Investigação, desenvolvimento tecnológico e espaço	0	0	0	1	0
Liberdade de estabelecimento	23	9	13	17	9
Livre circulação de capitais	9	4	8	10	4
Livre circulação de mercadorias	5	3	1	4	3
Livre circulação de pessoas	14	11	17	14	30
Livre prestação de serviços	10	11	22	9	15
Política comercial	8	5	10	13	8
Política comum das pescas	2	2	2	1	3
Política económica e monetária	12	12	19	20	89
Política externa e de segurança comum	1	6	4	14	48
Política industrial	1	1	2	2	1
Política social	33	46	47	26	37
Princípios do direito da União	30	28	15	35	26
Propriedade intelectual	51	83	49	75	51

>>>

Proteção dos consumidores	37	53	54	54	53
Redes transeuropeias	0	1	0	0	0
Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH)	0	5	2	2	4
Saúde pública	4	10	12	12	10
Segurança social dos trabalhadores migrantes	6	7	7	7	5
Transportes	99	52	37	44	32
União Aduaneira e Pauta Aduaneira Comum	19	11	10	18	16
Tratado FUE	706	797	744	788	867
Proteção da população	0	0	3	0	0
Tratado EA	0	0	3	0	0
Princípios do direito da União	0	0	1	0	0
Tratado UE	0	0	1	0	0
Cidadania da União	0	0	1	0	0
Direito institucional	0	2	1	0	0
Liberdade de estabelecimento	0	0	0	0	1
Livre circulação de pessoas	0	0	0	0	1
Acordo de Saída RU	0	2	2	0	2
Direito institucional	0	1	1	1	2
Estatuto dos Funcionários	19	31	36	17	36
Princípios do direito da União	0	0	2	6	4
Privilégios e imunidades	2	0	1	0	0
Processo	10	7	16	9	9
Diversos	31	39	56	33	51
TOTAL GERAL	737	838	806	821	920

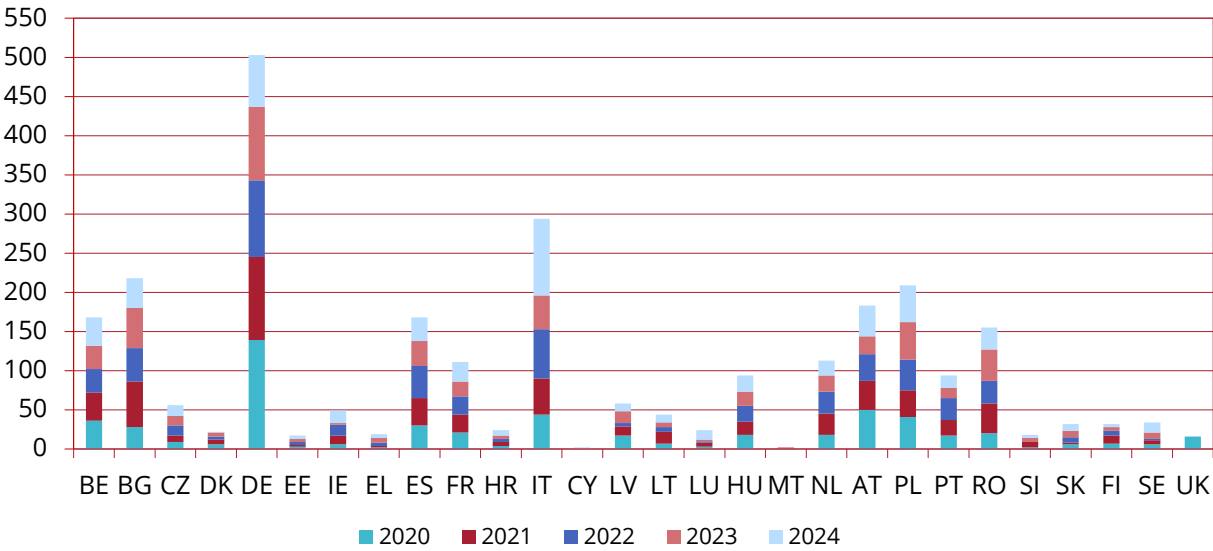
IV. Processos entrados — Matéria da ação ou recurso (2024)

Matéria da ação ou recurso	Reenvios prejudiciais	Ações e recursos diretos	Recursos de decisões do Tribunal Geral	Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou sobre pedidos de intervenção	Pedidos de parecer	Processos especiais	Total
Ação externa da União Europeia	1	0	0	0	1	0	2
Acesso aos documentos	0	0	3	1	0	0	4
Agricultura	13	0	6	0	0	0	19
Ambiente	28	15	1	0	0	0	44
Aproximação das legislações	52	2	0	1	0	0	55
Auxílios de Estado	9	0	24	0	0	0	33
Cidadania da União	4	0	0	0	0	0	4
Cláusula compromissória	0	0	2	0	0	0	2
Coesão económica, social e territorial	1	0	1	0	0	0	2
Concorrência	12	0	18	4	0	0	34
Contratos públicos	13	0	1	1	0	0	15
Direito das sociedades	5	2	0	0	0	0	7
Direito institucional	0	1	12	1	0	1	15
Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, combate à fraude, ...)	3	0	2	0	0	0	5
Educação, formação profissional, juventude e desporto	1	1	0	0	0	0	2
Emprego	1	0	0	0	0	0	1
Energia	9	0	0	0	0	0	9
Espaço de liberdade, segurança e justiça	117	4	2	0	0	0	123
Fiscalidade	43	3	1	0	0	0	47
Liberdade de estabelecimento	8	1	0	0	0	0	9
Livre circulação de capitais	4	0	0	0	0	0	4
Livre circulação de mercadorias	1	1	1	0	0	0	3
Livre circulação de pessoas	27	3	0	0	0	0	30
Livre prestação de serviços	11	3	0	1	0	0	15

>>>

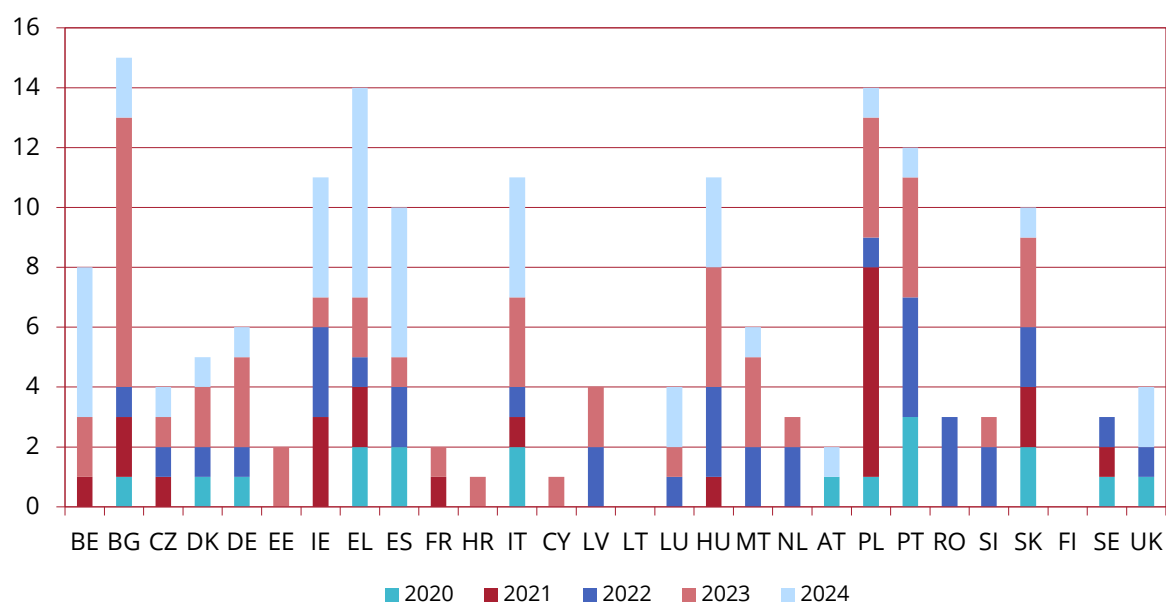
Matéria da ação ou recurso	Reenvios prejudiciais	Ações e recursos diretos	Recursos de decisões do Tribunal Geral	Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou sobre pedidos de intervenção	Pedidos de parecer	Processos especiais	Total
Política comercial	3	0	4	1	0	0	8
Política comum das pescas	2	1	0	0	0	0	3
Política económica e monetária	0	0	89	0	0	0	89
Política externa e de segurança comum	12	1	35	0	0	0	48
Política industrial	1	0	0	0	0	0	1
Política social	33	4	0	0	0	0	37
Princípios do direito da União	25	1	0	0	0	0	26
Propriedade intelectual	20	0	31	0	0	0	51
Proteção dos consumidores	53	0	0	0	0	0	53
Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH)	1	0	3	0	0	0	4
Saúde pública	5	0	3	2	0	0	10
Segurança social dos trabalhadores migrantes	5	0	0	0	0	0	5
Transportes	30	2	0	0	0	0	32
União Aduaneira e Pauta Aduaneira Comum	16	0	0	0	0	0	16
Tratado FUE	569	45	239	12	1	1	867
Liberdade de estabelecimento	0	1	0	0	0	0	1
Livre circulação de pessoas	0	1	0	0	0	0	1
Acordo de Saída RU	0	2	0	0	0	0	2
Direito institucional	0	0	0	0	0	2	2
Estatuto dos Funcionários	1	6	25	0	0	4	36
Princípios do direito da União	3	0	1	0	0	0	4
Processo	0	0	0	0	0	9	9
Diversos	4	6	26	0	0	15	51
TOTAL GERAL	573	53	265	12	1	16	920

V. Processos entrados — Reenvios prejudiciais por Estado-Membro (2020-2024)



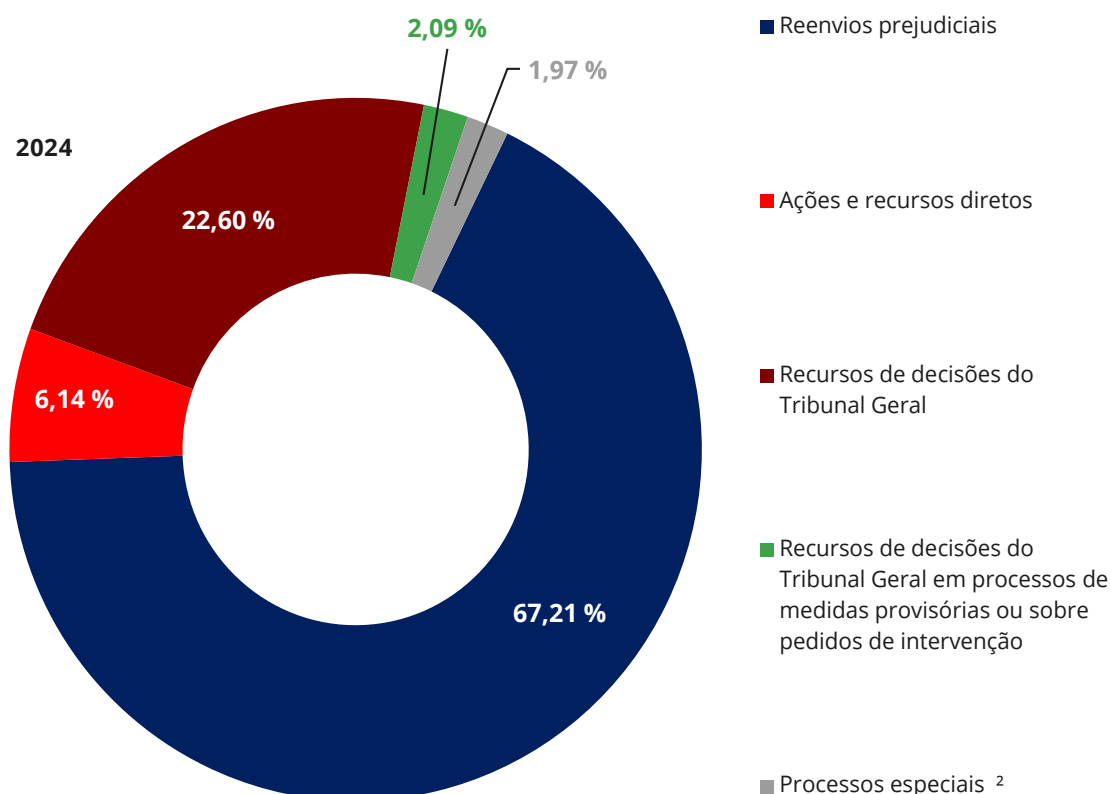
Reenvios prejudiciais por Estado-Membro	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Bélgica	36	36	30	30	36	168
Bulgária	28	58	43	51	38	218
República Checa	9	8	13	12	14	56
Dinamarca	6	6	4	5	1	22
Alemanha	140	106	98	94	66	504
Estónia	3	2	4	4	4	17
Irlanda	5	11	14	2	16	48
Grécia	2	2	4	6	5	19
Espanha	30	35	41	32	30	168
França	21	23	23	19	25	111
Croácia	4	5	4	4	7	24
Itália	44	46	63	43	98	294
Chipre	0	0	0	1	1	2
Letónia	17	12	4	15	10	58
Lituânia	7	15	6	6	10	44
Luxemburgo	3	5	2	2	12	24
Hungria	18	17	20	18	21	94
Malta	0	0	0	2	0	2
Países Baixos	18	27	28	21	19	113
Áustria	50	37	34	23	39	183
Polónia	41	34	39	48	47	209
Portugal	17	20	28	13	16	94
Roménia	20	38	29	40	28	155
Eslovénia	2	7	0	6	4	19
Eslováquia	6	2	7	8	9	32
Finlândia	7	10	6	5	4	32
Suécia	6	5	2	8	13	34
Reino Unido	17	0	0	0	0	17
Total	557	567	546	518	573	2 761

VI. Processos entrados — Ações por incumprimento de Estado (2020-2024)



Ações por incumprimento de Estado	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Bélgica	0	1	0	2	5	8
Bulgária	1	2	1	9	2	15
República Checa	0	1	1	1	1	4
Dinamarca	1	0	1	2	1	5
Alemanha	1	0	1	3	1	6
Estónia	0	0	0	2	0	2
Irlanda	0	3	3	1	4	11
Grécia	2	2	1	2	7	14
Espanha	2	0	2	1	5	10
França	0	1	0	1	0	2
Croácia	0	0	0	1	0	1
Itália	2	1	1	3	4	11
Chipre	0	0	0	1	0	1
Letónia	0	0	2	2	0	4
Lituânia	0	0	0	0	0	0
Luxemburgo	0	0	1	1	2	4
Hungria	0	1	3	4	3	11
Malta	0	0	2	3	1	6
Países Baixos	0	0	2	1	0	3
Áustria	1	0	0	0	1	2
Polónia	1	7	1	4	1	14
Portugal	3	0	4	4	1	12
Roménia	0	0	3	0	0	3
Eslovénia	0	0	2	1	0	3
Eslováquia	2	2	2	3	1	10
Finlândia	0	0	0	0	0	0
Suécia	1	1	1	0	0	3
Reino Unido	1	0	1	0	2	4
Total	18	22	35	52	42	169

VII. Processos findos — Natureza dos processos (2020-2024) ¹

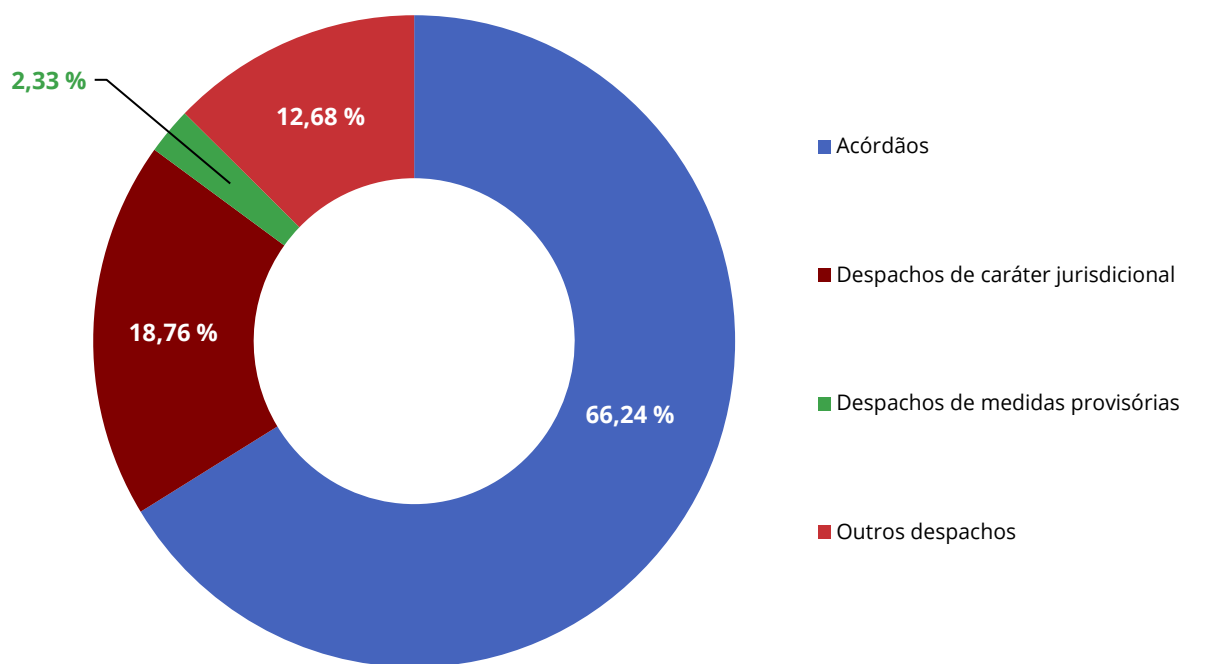


Natureza dos processos	2020	2021	2022	2023	2024
Reenvios prejudiciais	534	547	564	532	580
Ações e recursos diretos	37	30	36	36	53
Recursos de decisões do Tribunal Geral	194	177	178	192	195
Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou sobre pedidos de intervenção	10	6	18	9	18
Pedidos de parecer	0	1	1	0	0
Processos especiais ²	17	11	11	14	17
Total	792	772	808	783	863

1] Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

2] Consideram-se «processos especiais»: a assistência judiciária, a fixação das despesas, a retificação, a omissão de pronúncia, a oposição a um acórdão proferido à revelia, a oposição de terceiros, a interpretação, a revisão, o exame de uma proposta do primeiro-advogado-geral de reapreciar uma decisão do Tribunal Geral, o processo de penhora, os processos em matéria de imunidade.

VIII. Processos findos — Acórdãos, pareceres, despachos (2024) ¹



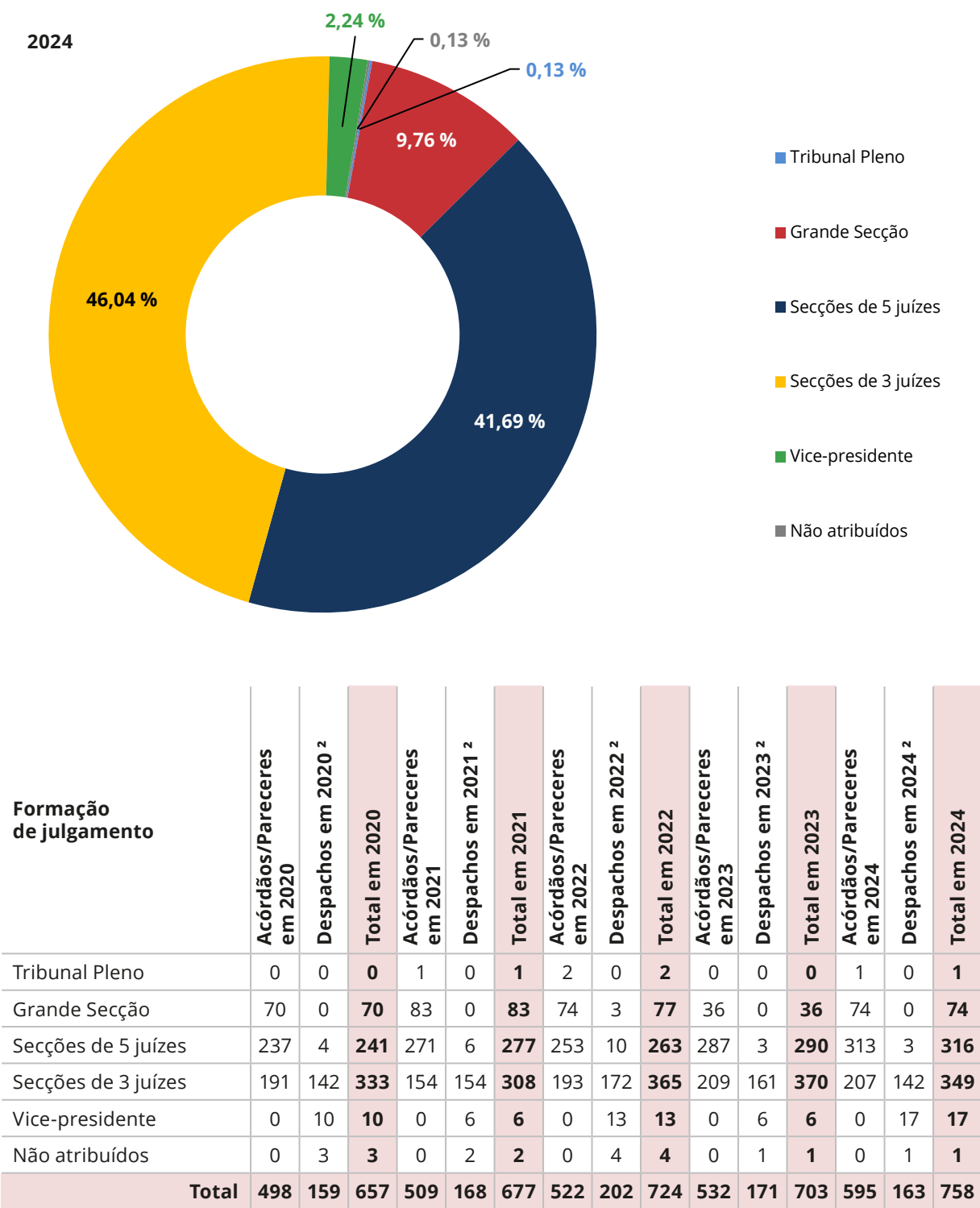
1| Os números referidos (números líquidos) indicam o número total de processos tendo em conta as apensações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

2| Despachos que põem termo a uma instância, com exclusão dos despachos de cancelamento, de não conhecimento do mérito ou de remessa ao Tribunal Geral.

3| Despachos proferidos na sequência de um pedido apresentado ao abrigo dos artigos 278.º TFUE, 279.º TFUE ou 280.º TFUE ou sobre as disposições correspondentes do TCEEA ou ainda na sequência de um recurso interposto de um despacho de medidas provisórias ou relativo a um pedido de intervenção.

4| Despachos que põem termo à instância por cancelamento, não conhecimento do mérito ou remessa ao Tribunal Geral.

IX. Processos findos por acórdão, parecer ou despacho com natureza jurisdicional —
Formação de julgamento (2020-2024) ¹



1| Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

2| Despachos que põem termo a uma instância, com exclusão dos despachos de cancelamento, de não conhecimento do mérito ou de remessa ao Tribunal Geral.

**X. Processos findos por acórdão, parecer ou despacho de carácter jurisdicional —
Matéria da ação ou recurso (2020-2024) ¹**

Matéria da ação ou recurso	2020	2021	2022	2023	2024
Ação externa da União Europeia	3	3	2	4	8
Acesso aos documentos	8	1	3	3	5
Agricultura	15	21	19	19	20
Ambiente	32	22	29	30	25
Aproximação das legislações	28	26	44	47	53
Auxílios de Estado	28	31	31	33	35
Cidadania da União	8	4	10	5	9
Cláusula compromissória	4	2	1	1	2
Coesão económica, social e territorial	1	2	3	2	3
Concorrência	17	26	16	28	32
Contratos públicos	19	13	25	18	15
Direito das sociedades	3	2	1	1	2
Direito institucional	26	27	39	26	29
Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, combate à fraude, ...)	5	5	15	2	1
Educação, formação profissional, juventude e desporto	0	0	1	0	4
Emprego	0	0	2	0	0
Energia	8	4	6	3	4
Espaço de liberdade, segurança e justiça	69	81	79	91	82
Fiscalidade	58	63	60	49	67
Investigação, desenvolvimento tecnológico e espaço	1	0	0	0	1
Liberdade de estabelecimento	6	7	21	7	15
Livre circulação de capitais	5	8	3	8	8
Livre circulação de mercadorias	8	2	2	2	3
Livre circulação de pessoas	21	18	13	12	12
Livre prestação de serviços	13	17	13	13	16
Política comercial	4	7	9	11	12
Política comum das pescas	0	2	3	1	2
Política económica e monetária	3	17	10	5	23
Política externa e de segurança comum	16	5	5	4	4
Política industrial	6	1	1	1	1
Política social	25	37	38	48	33

>>>

1| Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

Matéria da ação ou recurso	2020	2021	2022	2023	2024
Princípios do direito da União	18	34	24	16	29
Propriedade intelectual	76	61	63	59	51
Proteção dos consumidores	36	39	32	45	46
Redes transeuropeias	0	0	1	0	0
Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH)	0	6	0	4	5
Saúde pública	3	5	5	14	13
Segurança social dos trabalhadores migrantes	6	3	6	8	6
Transportes	22	26	31	18	32
União Aduaneira e Pauta Aduaneira Comum	16	18	10	15	14
Tratado FUE	617	646	676	653	722
Proteção da população	0	1	0	1	0
Tratado EA	0	1	0	1	0
Princípios do direito da União	1	0	0	1	0
Tratado UE	1	0	0	1	0
Cidadania da União	0	0	0	0	1
Direito institucional	0	0	0	3	0
Acordo de Saída RU	0	0	0	3	1
Direito institucional	0	0	0	2	2
Estatuto dos Funcionários	22	19	38	27	21
Princípios do direito da União	0	0	1	4	3
Privilégios e imunidades	4	3	0	1	0
Processo	13	8	9	11	9
Diversos	39	30	48	45	35
TOTAL GERAL	657	677	724	703	758

**XI. Processos findos por acórdão, parecer ou despacho de caráter jurisdicional —
Matéria da ação ou recurso (2024) ¹**

Matéria da ação ou recurso	Acórdãos/ Pareceres	Despachos ²	Total
Ação externa da União Europeia	8	0	8
Acesso aos documentos	3	2	5
Agricultura	20	0	20
Ambiente	25	0	25
Aproximação das legislações	49	4	53
Auxílios de Estado	28	7	35
Cidadania da União	9	0	9
Cláusula compromissória	2	0	2
Coesão económica e social	3	0	3
Concorrência	28	4	32
Contratos públicos	13	2	15
Direito das sociedades	2	0	2
Direito institucional	19	10	29
Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, combate à fraude, ...)	1	0	1
Educação, formação profissional, juventude e desporto	2	2	4
Energia	4	0	4
Espaço de liberdade, segurança e justiça	69	13	82
Fiscalidade	59	8	67
Investigação, desenvolvimento tecnológico e espaço	1	0	1
Liberdade de estabelecimento	12	3	15
Livre circulação de capitais	8	0	8
Livre circulação de mercadorias	3	0	3
Livre circulação de pessoas	12	0	12
Livre prestação de serviços	11	5	16
Política comercial	12	0	12
Política comum das pescas	2	0	2
Política económica e monetária	16	7	23
Política externa e de segurança comum	4	0	4
Política industrial	1	0	1
Política social	27	6	33

>>>

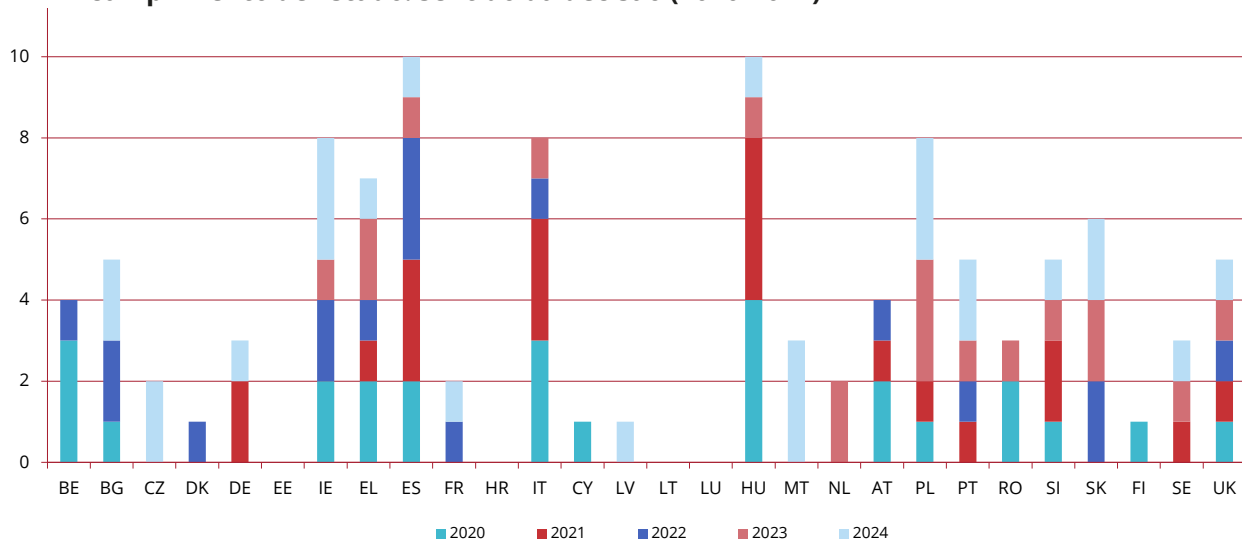
1) Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

2) Despachos que põem termo a uma instância, com exclusão dos despachos de cancelamento, de não conhecimento do mérito ou de remessa ao Tribunal Geral.

Matéria da ação ou recurso	Acórdãos/ Pareceres	Despachos ²	Total
Princípios do direito da União	20	9	29
Propriedade intelectual	13	38	51
Proteção dos consumidores	35	11	46
Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH)	2	3	5
Saúde pública	6	7	13
Segurança social dos trabalhadores migrantes	6	0	6
Transportes	32	0	32
União Aduaneira e Pauta Aduaneira Comum	14	0	14
Tratado FUE	581	141	722
Cidadania da União	1	0	1
Acordo de Saída RU	1	0	1
Direito institucional	0	2	2
Estatuto dos Funcionários	13	8	21
Princípios do direito da União	0	3	3
Processo	0	9	9
Diversos	13	22	35
TOTAL GERAL	595	163	758

2| Despachos que põem termo a uma instância, com exclusão dos despachos de cancelamento, de não conhecimento do mérito ou de remessa ao Tribunal Geral.

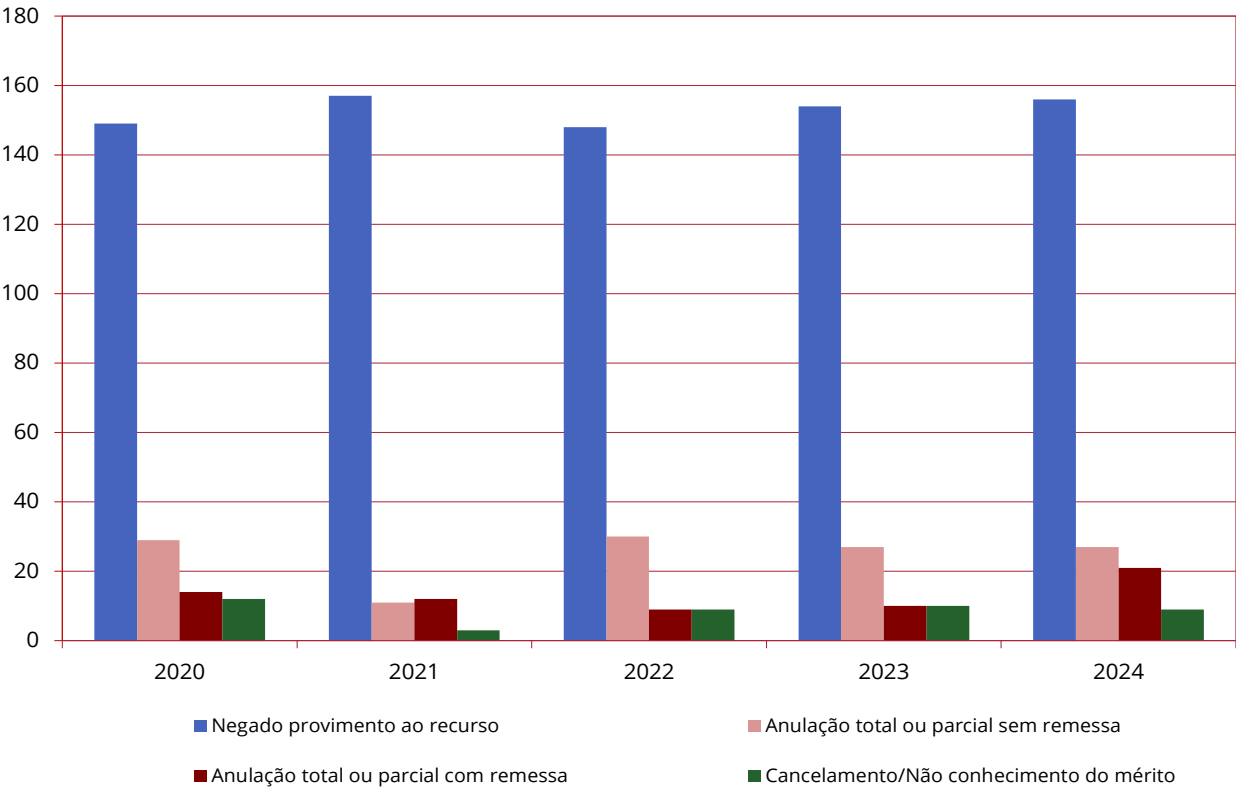
XII. Processos findos — Acórdãos proferidos em ações por incumprimento de Estado: sentido da decisão (2020-2024) ¹



Acórdãos relativos às ações por incumprimento de Estado	Admitidos em 2020	Improcedentes em 2020	Admitidos em 2021	Improcedentes em 2021	Admitidos em 2022	Improcedentes em 2022	Admitidos em 2023	Improcedentes em 2023	Admitidos em 2024	Improcedentes em 2024
Bélgica	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Bulgária	1	0	0	0	2	0	0	1	2	0
República Checa	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Dinamarca	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
Alemanha	0	1	2	0	0	0	0	1	1	0
Estónia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Irlanda	2	0	0	0	2	0	1	0	3	0
Grécia	2	0	1	0	1	0	2	0	1	0
Espanha	2	0	3	0	3	0	1	0	1	0
França	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
Croácia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Itália	3	0	3	1	1	0	1	0	0	0
Chipre	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Letónia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Lituânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Luxemburgo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hungria	4	0	4	0	0	0	1	1	1	0
Malta	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
Países Baixos	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Áustria	2	0	1	1	1	0	0	0	0	0
Polónia	1	0	1	0	0	2	3	1	3	0
Portugal	0	1	1	0	1	0	1	0	2	1
Roménia	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Eslovénia	1	0	2	0	0	0	1	0	1	0
Eslováquia	0	0	0	0	2	0	2	0	2	1
Finlândia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suécia	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0
Reino Unido	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Total	26	3	20	2	17	2	18	5	26	2

1| Os números referidos (números líquidos) indicam o número total de processos tendo em conta as apelações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

XIII. Processos findos — Recursos de decisões do Tribunal Geral: sentido da decisão (2020-2024) ^{1 2}

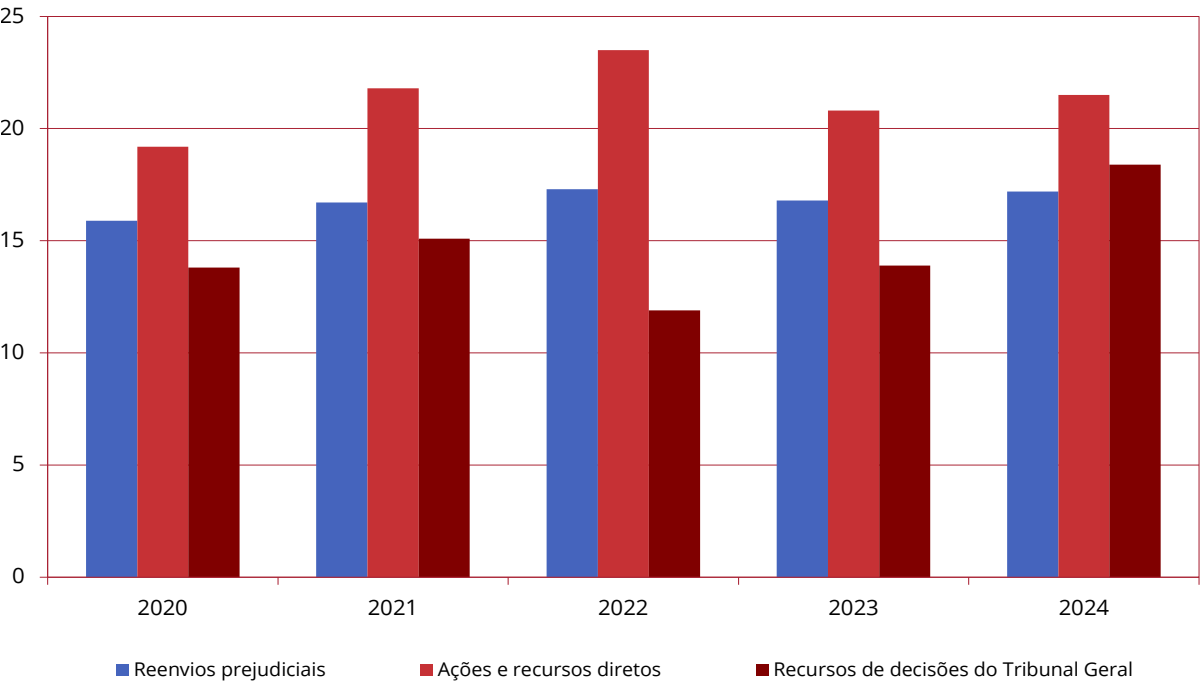


Recursos de decisões do Tribunal Geral — Sentido da decisão de encerramento do processo	Acórdãos em 2020			Acórdãos em 2021			Acórdãos em 2022			Acórdãos em 2023			Acórdãos em 2024		
	Despachos em 2020	Total em 2020		Despachos em 2021	Total em 2021		Despachos em 2022	Total em 2022		Despachos em 2023	Total em 2023		Despachos em 2024	Total em 2024	
Negado provimento ao recurso	72	77	149	71	86	157	51	97	148	70	84	154	82	74	156
Anulação total ou parcial sem remessa	29	0	29	11	0	11	18	12	30	25	2	27	22	5	27
Anulação total ou parcial com remessa	14	0	14	12	0	12	8	1	9	6	4	10	18	3	21
Cancelamento/ Não conhecimento do mérito	0	12	12	0	3	3	1	8	9	0	10	10	2	7	9
Total	115	89	204	94	89	183	78	118	196	101	100	201	124	89	213

1| Nas estatísticas judiciais do Tribunal Geral, constam informações mais detalhadas a respeito dos recursos interpostos das decisões do Tribunal Geral.

2| Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensasões por conexão (um número de processo = um processo). Incluem igualmente os recursos de decisões do Tribunal Geral visados no artigo 58.º-A do Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia e julgados inadmissíveis ou não recebidos nos termos dos artigos 170.º-A ou 170.º-B do Regulamento de Processo. Para informações mais detalhadas sobre o mecanismo visado no artigo 58.º-A do Estatuto, v. quadro XX do presente relatório.

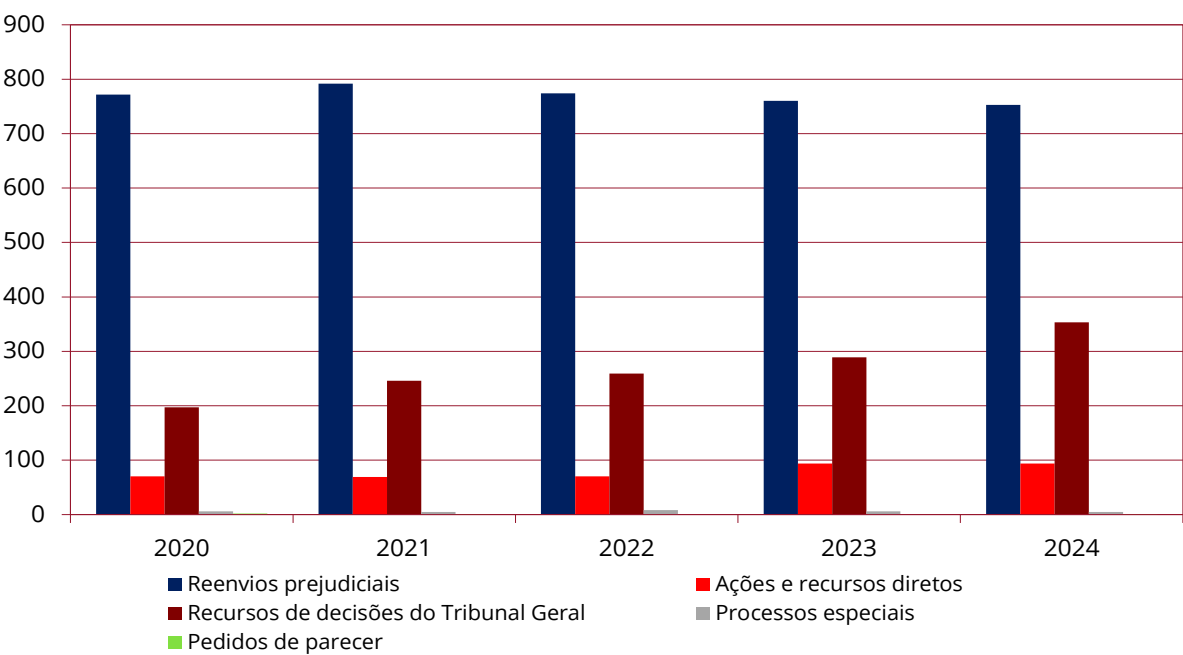
XIV. Processos findos — Duração dos processos, em meses (2020–2024) ¹
(acórdãos e despachos de caráter jurisdicional)



Processos findos		2020	2021	2022	2023	2024
Reenvios prejudiciais		15,9	16,7	17,3	16,8	17,2
	Processos prejudiciais com tramitação urgente	3,9	3,7	4,5	4,3	3,3
	Processos com tramitação acelerada	0	10,7	7,4	0	6,5
Ações e recursos diretos		19,2	21,8	23,5	20,8	21,5
	Processos com tramitação acelerada	0	0	11,4	0	0
Recursos de decisões do Tribunal Geral		13,8	15,1	11,9	13,9	18,4
	Processos com tramitação acelerada	0	8,4	0	0	0

1| Estão excluídos dos cálculos sobre a duração dos processos: os processos em que tenha sido proferido um acórdão interlocutório ou ordenada uma diligência de instrução; os pareceres; os processos especiais (a saber: a assistência judiciária, a fixação das despesas, a retificação, a omissão de pronúncia, a oposição a um acórdão proferido à revelia, a oposição de terceiros, a interpretação, a revisão, o exame de uma proposta do primeiro-advogado-geral de reapreciação de uma decisão do Tribunal Geral, o processo de penhora e os processos em matéria de imunidade); os processos que terminam por despacho de cancelamento, de não conhecimento do mérito ou de remessa ao Tribunal Geral; os processos de medidas provisórias, bem como os recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou sobre pedidos de intervenção.

XV. Processos pendentes em 31 de dezembro — Natureza dos processos (2020-2024) ¹

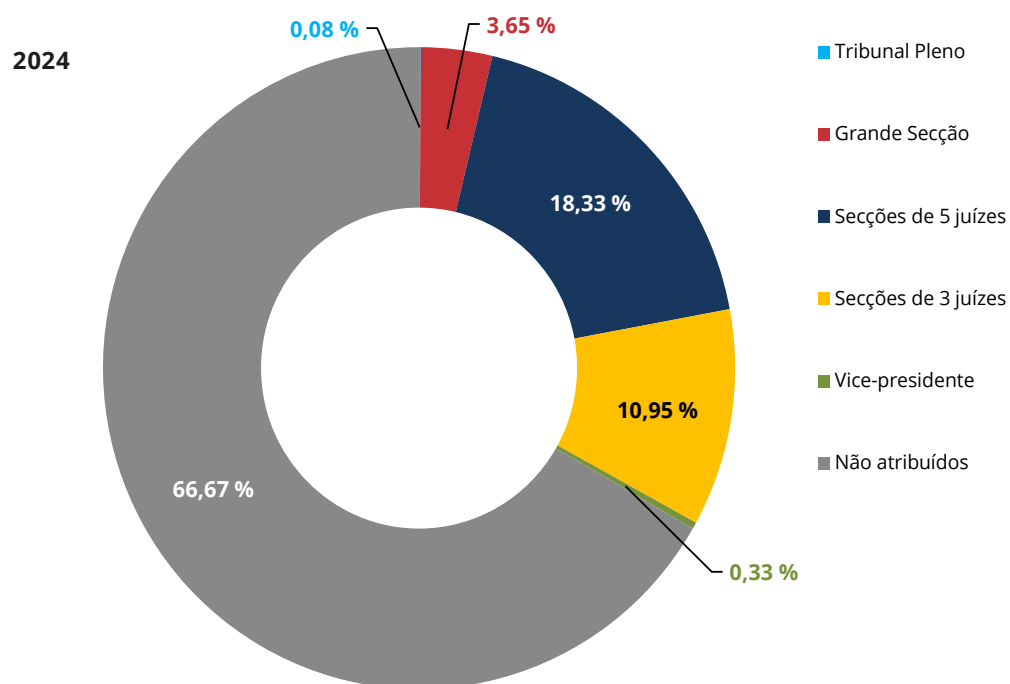


Natureza dos processos	2020	2021	2022	2023	2024
Reenvios prejudiciais	772	792	774	760	753
Ações e recursos diretos	70	69	70	94	94
Recursos de decisões do Tribunal Geral	197	246	259	289	353
Processos especiais ²	6	5	8	6	5
Pedidos de parecer	2	1	0	0	1
Total	1 047	1 113	1 111	1 149	1 206

1| Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

2| Consideram-se «processos especiais»: a assistência judiciária, a fixação das despesas, a retificação, a omissão de pronúncia, a oposição a um acórdão proferido à revelia, a oposição de terceiros, a interpretação, a revisão, o exame de uma proposta do primeiro-advogado-geral de reapreciar uma decisão do Tribunal Geral, o processo de penhora, os processos em matéria de imunidade.

XVI. Processos pendentes em 31 de dezembro — Formação de julgamento (2020-2024) ¹



Formação de julgamento	2020	2021	2022	2023	2024
Tribunal Pleno	1	2	0	1	1
Grande Secção	74	71	46	69	44
Secções de 5 juízes	225	208	244	239	221
Secções de 3 juízes	103	118	154	143	132
Vice-presidente	0	3	1	10	4
Não atribuídos	644	711	666	687	804
Total	1 047	1 113	1 111	1 149	1 206

¹ Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

XVII. Processos submetidos a tramitação acelerada (2020-2024)

Pedidos de submissão do processo a tramitação acelerada ¹

Pedidos de submissão a tramitação acelerada	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Reenvios prejudiciais	40	56	35	29	47	207
Ações e recursos diretos	0	3	0	0	1	4
Recursos de decisões do Tribunal Geral	2	1	2	2	1	8
Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou sobre pedidos de intervenção	0	0	1	0	0	1
Total	42	60	38	31	49	220

Pedidos de submissão do processo a tramitação acelerada — Sentido da decisão ²

Sentido da decisão	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Admissão	3	5	0	0	6	14
Indeferimento	34	57	31	19	26	167
Sem seguimento ³	3	2	5	8	4	22
A aguardar decisão	8	4	6	10	23	51
Total	48	68	42	37	59	254

1| Os números referidos neste quadro remetem para o número de pedidos apresentados no decurso do ano em causa, independentemente do ano a que o pedido se refere.

2| Os números referidos neste quadro remetem para o número de decisões tomadas, no decurso do ano em causa, sobre um pedido de aplicação da tramitação urgente, independentemente do ano em que tal pedido foi apresentado.

3| Não foi necessária uma decisão formal sobre o pedido devido à retirada deste, ao cancelamento do processo no registo ou por o processo ter sido julgado findo por acórdão ou despacho.

XVIII. Processos prejudiciais com tramitação urgente (2020-2024)

Pedidos de submissão a tramitação urgente dos pedidos de decisão prejudicial ¹

Pedidos de submissão a tramitação prejudicial urgente	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Cooperação judiciária em matéria civil	2	1	1	0	0	4
Cooperação judiciária em matéria penal	8	8	6	3	8	33
Fronteiras, asilo e imigração	6	8	2	4	19	39
Outros	1	14	5	3	0	23
Total	17	31	14	10	27	99

Pedidos de submissão a tramitação urgente dos pedidos de decisão prejudicial — Sentido da decisão ²

Sentido da decisão	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Admissão	11	9	7	2	6	35
Indeferimento	8	20	8	8	20	64
Sem seguimento ³	0	1	0	0	2	3
A aguardar decisão	0	1	0	0	0	1
Total	19	31	15	10	28	103

1| Os números referidos neste quadro remetem para o número de pedidos apresentados no decurso do ano em causa, independentemente do ano a que o pedido se refere.

2| Os números referidos neste quadro remetem para o número de decisões tomadas, no decurso do ano em causa, sobre um pedido de aplicação da tramitação urgente, independentemente do ano em que tal pedido foi apresentado.

3| Não foi necessária uma decisão formal sobre o pedido devido à retirada deste, ao cancelamento do processo no registo ou por o processo ter sido julgado findo por acórdão ou despacho.

XIX. Processos de medidas provisórias (2020-2024)

Pedidos de medidas provisórias ¹

Pedidos de medidas provisórias	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Acesso aos documentos	0	0	0	0	1	1
Agricultura	0	1	0	0	0	1
Ambiente	0	1	0	1	0	2
Auxílios de Estado	1	1	0	0	1	3
Cláusula compromissória	0	0	1	0	0	1
Concorrência	0	0	0	0	3	3
Contratos públicos	0	0	1	2	0	3
Direito institucional	0	1	0	0	1	2
Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, combate à fraude, ...)	0	0	1	0	0	1
Energia	0	1	0	0	0	1
Política externa e de segurança comum	0	0	0	2	0	2
Princípios do direito da União	1	1	0	0	0	2
Propriedade intelectual	0	1	0	0	0	1
Saúde pública	0	0	0	4	0	4
Transportes	1	1	1	0	0	3
Total	3	8	4	9	6	30

Pedidos de medidas provisórias — Sentido da decisão ²

Sentido da decisão	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Admissão	1	2	0	3	2	8
Indeferimento	1	4	2	3	1	11
Sem seguimento ³	1	2	2	1	5	11
A aguardar decisão	1	1	2	4	2	10
Total	4	9	6	11	10	40

1| Os números referidos neste quadro remetem para o número de pedidos apresentados no decurso do ano em causa, independentemente do ano a que o pedido se refere.

2| Os números referidos neste quadro remetem para o número de decisões tomadas, no decurso do ano em causa, a respeito de um pedido de medidas provisórias, independentemente do ano em que tal pedido foi apresentado.

3| Não foi necessária uma decisão formal sobre o pedido devido à retirada deste, ao cancelamento do processo no registo ou por o processo ter sido julgado findo por acórdão ou despacho.

XX. Recursos de decisões do Tribunal Geral visados no artigo 58.º-A do Estatuto (2020-2024)

Recursos interpostos de uma decisão do Tribunal Geral

- referente a uma decisão de uma Câmara de Recurso independente
- referente à execução de um contrato que contém uma cláusula compromissória na aceção do artigo 272.º TFUE

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia	40	60	39	52	29	220
Instituto Comunitário das Variedades Vegetais	0	0	0	0	3	3
Agência Europeia dos Produtos Químicos	0	0	0	0	3	3
Cláusulas compromissórias	0	0	0	0	1	1
Total	40	60	39	52	36	227

Decisões relativas ao recebimento do recurso da decisão do Tribunal Geral ¹

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Recebido	0	1	2	4	0	7
Não recebido	37	47	39	44	34	201
Inadmissível	3	2	4	1	4	14
Arquivados	1	0	1	1	1	4
Total	41	50	46	50	39	226

¹ Os números referidos neste quadro remetem para o número de decisões tomadas, no decurso do ano em causa, independentemente do ano em que foi apresentado o pedido de recebimento do recurso.

**XXI. Evolução geral da atividade judicial (1952-2024) –
Processos entrados e acórdãos ou pareceres**

Anos	Processos entrados ¹							Acórdãos/ Pareceres ²
	Reenvios prejudiciais	Ações e recursos diretos	Recursos de decisões do Tribunal Geral	Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou sobre pedidos de intervenção	Pedidos de parecer	Total	Pedidos de medidas provisórias	
1953	0	4	0	0	0	4	0	0
1954	0	10	0	0	0	10	0	2
1955	0	9	0	0	0	9	2	4
1956	0	11	0	0	0	11	2	6
1957	0	19	0	0	0	19	2	4
1958	0	43	0	0	0	43	0	10
1959	0	46	0	0	1	47	5	13
1960	0	22	0	0	1	23	2	18
1961	1	24	0	0	1	26	1	11
1962	5	30	0	0	0	35	2	20
1963	6	99	0	0	0	105	7	17
1964	6	49	0	0	0	55	4	31
1965	7	55	0	0	0	62	4	52
1966	1	30	0	0	0	31	2	24
1967	23	14	0	0	0	37	0	24
1968	9	24	0	0	0	33	1	27
1969	17	60	0	0	0	77	2	30
1970	32	47	0	0	0	79	0	64
1971	37	59	0	0	0	96	1	60
1972	40	42	0	0	0	82	2	61
1973	61	131	0	0	0	192	6	80
1974	39	63	0	0	0	102	8	63
1975	69	61	0	0	1	131	5	78
1976	75	51	0	0	1	127	6	88
1977	84	74	0	0	0	158	6	100
1978	123	146	0	0	1	270	7	97
1979	106	1 218	0	0	0	1 324	6	138
1980	99	180	0	0	0	279	14	132
1981	108	214	0	0	0	322	17	128
1982	129	217	0	0	0	346	16	185
1983	98	199	0	0	0	297	11	151
1984	129	183	0	0	0	312	17	165
1985	139	294	0	0	0	433	23	211
1986	91	238	0	0	0	329	23	174

>>>

1| Os números constantes deste quadro referem-se a todos os processos entrados no Tribunal de Justiça, com exclusão dos processos especiais.

2| Os números referidos nesta coluna remetem para o número de acórdãos ou de pareceres proferidos pelo Tribunal de Justiça, sendo tomadas em consideração as apensões por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

Anos	Processos entrados ¹							Acórdãos/ Pareceres ²
	Reenvios prejudiciais	Ações e recursos diretos	Recursos de decisões do Tribunal Geral	Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou sobre pedidos de intervenção	Pedidos de parecer	Total	Pedidos de medidas provisórias	
1987	144	251	0	0	0	395	21	208
1988	179	193	0	0	0	372	17	238
1989	139	244	0	0	0	383	19	188
1990	141	221	15	1	0	378	12	193
1991	186	140	13	1	2	342	9	204
1992	162	251	24	1	2	440	5	210
1993	204	265	17	0	0	486	13	203
1994	203	125	12	1	3	344	4	188
1995	251	109	46	2	0	408	3	172
1996	256	132	25	3	0	416	4	193
1997	239	169	30	5	0	443	1	242
1998	264	147	66	4	0	481	2	254
1999	255	214	68	4	0	541	4	235
2000	224	197	66	13	2	502	4	273
2001	237	187	72	7	0	503	6	243
2002	216	204	46	4	0	470	1	269
2003	210	277	63	5	1	556	7	308
2004	249	219	52	6	1	527	3	375
2005	221	179	66	1	0	467	2	362
2006	251	201	80	3	0	535	1	351
2007	265	222	79	8	0	574	3	379
2008	288	210	78	8	1	585	3	333
2009	302	143	105	2	1	553	1	376
2010	385	136	97	6	0	624	3	370
2011	423	81	162	13	0	679	3	370
2012	404	73	136	3	1	617	0	357
2013	450	72	161	5	2	690	1	434
2014	428	74	111	0	1	614	3	416
2015	436	48	206	9	3	702	2	399
2016	470	35	168	7	0	680	3	412
2017	533	46	141	6	1	727	3	466
2018	568	63	193	6	0	830	6	462
2019	641	41	256	10	1	949	6	491
2020	557	38	125	6	1	727	3	451
2021	567	29	223	9	0	828	8	450
2022	546	37	193	16	0	792	4	466
2023	518	60	213	18	0	809	9	469
2024	573	53	265	12	1	904	6	512
Total	14 119	9 352	3 673	205	30	27 379	409	14 790

1| Os números constantes deste quadro referem-se a todos os processos entrados no Tribunal de Justiça, com exclusão dos processos especiais.

2| Os números referidos nesta coluna remetem para o número de acórdãos ou de pareceres proferidos pelo Tribunal de Justiça, sendo tomadas em consideração as apensões por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

XXII. Evolução geral da atividade judicial (1952-2024) —
Reenvios prejudiciais entrados, por Estado-Membro e por ano

Anos	BE	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	HR	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK	Outros ¹	Total
1961	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1962	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
1963	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
1964	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
1965	0	0	0	0	4	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
1966	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1967	5	0	0	0	11	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23
1968	1	0	0	0	4	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
1969	4	0	0	0	11	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17
1970	4	0	0	0	21	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32
1971	1	0	0	0	18	0	0	0	0	6	0	5	0	0	0	1	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37
1972	5	0	0	0	20	0	0	0	0	1	0	4	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40
1973	8	0	0	0	37	0	0	0	0	4	0	5	0	0	0	1	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	61
1974	5	0	0	0	15	0	0	0	0	6	0	5	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	39
1975	7	0	0	1	26	0	0	0	0	15	0	14	0	0	0	1	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	69
1976	11	0	0	0	28	0	1	0	0	8	0	12	0	0	0	0	0	0	14	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	75
1977	16	0	0	1	30	0	2	0	0	14	0	7	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	84
1978	7	0	0	3	46	0	1	0	0	12	0	11	0	0	0	0	0	0	38	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	123
1979	13	0	0	1	33	0	2	0	0	18	0	19	0	0	0	1	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	106
1980	14	0	0	2	24	0	3	0	0	14	0	19	0	0	0	0	0	0	17	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	99
1981	12	0	0	1	41	0	0	0	0	17	0	11	0	0	0	4	0	0	17	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	108
1982	11	0	0	1	36	0	0	0	0	38	0	18	0	0	0	0	0	0	21	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	129
1983	9	0	0	4	36	0	2	0	0	15	0	7	0	0	0	0	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	98
1984	13	0	0	2	38	0	1	0	0	34	0	10	0	0	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	129
1985	13	0	0	0	40	0	2	0	0	45	0	11	0	0	0	6	0	0	14	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	139
1986	16	0	0	4	18	0	4	2	1	19	0	5	0	0	0	1	0	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	91
1987	15	0	0	5	32	0	2	17	1	36	0	5	0	0	0	3	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	144
1988	32	0	0	4	34	0	0	0	1	37	0	28	0	0	0	2	0	0	25	0	0	0	0	0	0	0	0	16	0	179
1989	13	0	0	2	47	0	1	2	2	28	0	10	0	0	0	1	0	0	18	0	0	1	0	0	0	0	0	14	0	139
1990	18	0	0	5	34	0	4	2	6	20	0	25	0	0	0	4	0	0	9	0	0	2	0	0	0	0	0	12	0	141
1991	19	0	0	2	54	0	2	3	5	29	0	36	0	0	0	2	0	0	17	0	0	3	0	0	0	0	0	14	0	186
1992	17	0	0	3	62	0	0	1	5	15	0	22	0	0	0	1	0	0	17	0	0	1	0	0	0	0	0	18	0	162

>>>

1| Processo C-265/00, Campina Melkunie (Tribunal de Justiça Benelux/Benelux Gerechtshof).
 Processo C-196/09, Miles e o. (Instância de Recurso das Escolas Europeias).
 Processo C-169/15, Montis Design (Tribunal de Justiça Benelux/Benelux Gerechtshof).

Anos	BE	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	HR	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK	Outros ¹	Total
1993	22	0	0	7	57	0	1	5	7	22	0	24	0	0	0	1	0	0	43	0	0	3	0	0	0	0	0	12	0	204
1994	19	0	0	4	44	0	2	0	13	36	0	46	0	0	0	1	0	0	13	0	0	1	0	0	0	0	0	24	0	203
1995	14	0	0	8	51	0	3	10	10	43	0	58	0	0	0	2	0	0	19	2	0	5	0	0	0	0	6	20	0	251
1996	30	0	0	4	66	0	0	4	6	24	0	70	0	0	0	2	0	0	10	6	0	6	0	0	0	3	4	21	0	256
1997	19	0	0	7	46	0	1	2	9	10	0	50	0	0	0	3	0	0	24	35	0	2	0	0	0	6	7	18	0	239
1998	12	0	0	7	49	0	3	5	55	16	0	39	0	0	0	2	0	0	21	16	0	7	0	0	0	2	6	24	0	264
1999	13	0	0	3	49	0	2	3	4	17	0	43	0	0	0	4	0	0	23	56	0	7	0	0	0	4	5	22	0	255
2000	15	0	0	3	47	0	2	3	5	12	0	50	0	0	0	0	0	0	12	31	0	8	0	0	0	5	4	26	1	224
2001	10	0	0	5	53	0	1	4	4	15	0	40	0	0	0	2	0	0	14	57	0	4	0	0	0	3	4	21	0	237
2002	18	0	0	8	59	0	0	7	3	8	0	37	0	0	0	4	0	0	12	31	0	3	0	0	0	7	5	14	0	216
2003	18	0	0	3	43	0	2	4	8	9	0	45	0	0	0	4	0	0	28	15	0	1	0	0	0	4	4	22	0	210
2004	24	0	0	4	50	0	1	18	8	21	0	48	0	0	0	1	2	0	28	12	0	1	0	0	0	4	5	22	0	249
2005	21	0	1	4	51	0	2	11	10	17	0	18	0	0	0	2	3	0	36	15	1	2	0	0	0	4	11	12	0	221
2006	17	0	3	3	77	0	1	14	17	24	0	34	0	0	1	1	4	0	20	12	2	3	0	0	1	5	2	10	0	251
2007	22	1	2	5	59	2	2	8	14	26	0	43	0	0	1	0	2	0	19	20	7	3	1	0	1	5	6	16	0	265
2008	24	0	1	6	71	2	1	9	17	12	0	39	1	3	3	4	6	0	34	25	4	1	0	0	0	4	7	14	0	288
2009	35	8	5	3	59	2	0	11	11	28	0	29	1	4	3	0	10	1	24	15	10	3	1	2	1	2	5	28	1	302
2010	37	9	3	10	71	0	4	6	22	33	0	49	0	3	2	9	6	0	24	15	8	10	17	1	5	6	6	29	0	385
2011	34	22	5	6	83	1	7	9	27	31	0	44	0	10	1	2	13	0	22	24	11	11	14	1	3	12	4	26	0	423
2012	28	15	7	8	68	5	6	1	16	15	0	65	0	5	2	8	18	1	44	23	6	14	13	0	9	3	8	16	0	404
2013	26	10	7	6	97	3	4	5	26	24	0	62	3	5	10	0	20	0	46	19	11	14	17	1	4	4	12	14	0	450
2014	23	13	6	10	87	0	5	4	41	20	1	52	2	7	6	0	23	0	30	18	14	8	28	4	3	8	3	12	0	428
2015	32	5	8	7	79	2	8	2	36	25	5	47	0	9	8	7	14	0	40	23	15	8	18	5	5	4	7	16	1	436
2016	26	18	5	12	84	1	6	6	47	23	2	62	0	9	8	1	15	1	26	20	19	21	14	3	6	7	5	23	0	470
2017	21	16	4	8	149	7	12	4	23	25	3	57	0	5	10	1	22	0	38	31	19	21	16	3	6	13	8	11	0	533
2018	40	20	12	3	78	2	12	3	67	41	3	68	1	5	6	4	29	0	35	35	31	15	23	2	6	6	7	14	0	568
2019	38	24	5	1	114	3	10	5	64	32	10	70	1	12	7	6	20	1	28	37	39	14	49	5	10	7	11	18	0	641
2020	36	28	9	6	140	3	5	2	30	21	4	44	0	17	7	3	18	0	18	50	41	17	20	2	6	7	6	17	0	557
2021	36	58	8	6	106	2	11	2	35	23	5	46	0	12	15	5	17	0	27	37	34	20	38	7	2	10	5	0	0	567
2022	30	43	13	4	98	4	14	4	41	23	4	63	0	4	6	2	20	0	28	34	39	28	29	0	7	6	2	0	0	546
2023	30	51	12	5	94	4	2	6	32	19	4	43	1	15	6	2	18	2	21	23	48	13	40	6	8	5	8	0	0	518
2024	36	38	14	1	66	4	16	5	30	25	7	98	1	10	10	12	21	0	19	39	47	16	28	4	9	4	13	0	0	573
Total	1 095	379	130	218	3 145	47	173	209	759	1 160	48	1 877	11	135	112	126	301	6	1 184	776	406	297	366	46	92	160	186	672	3	14 119

1| Processo C-265/00, Campina Melkunie (Tribunal de Justiça Benelux/Benelux Gerechtshof).
Processo C-196/09, Miles e o. (Instância de Recurso das Escolas Europeias).
Processo C-169/15, Montis Design (Tribunal de Justiça Benelux/Benelux Gerechtshof).

XXIII. Evolução geral da atividade judicial (1952-2024) —
 Reenvios prejudiciais entrados, por Estado-Membro e por órgão jurisdicional

Estado-Membro	Jurisdição	Evolução	Total
Bélgica	Cour constitutionnelle	45	1 095
	Cour de cassation	126	
	Conseil d'État	129	
	Outros órgãos jurisdicionais	795	
Bulgária	Върховен касационен съд	12	379
	Върховен административен съд	54	
	Outros órgãos jurisdicionais	313	
República Checa	Nejvyšší soud	19	130
	Nejvyšší správní soud	57	
	Outros órgãos jurisdicionais	54	
Dinamarca	Højesteret	39	218
	Outros órgãos jurisdicionais	179	
Alemanha	Bundesverfassungsgericht	2	3 145
	Bundesgerichtshof	312	
	Bundesverwaltungsgericht	165	
	Bundesfinanzhof	369	
	Bundesarbeitsgericht	71	
	Bundessozialgericht	78	
	Outros órgãos jurisdicionais	2 148	
Estónia	Riigikohus	23	47
	Outros órgãos jurisdicionais	24	
Irlanda	Supreme Court	55	173
	High Court	77	
	Outros órgãos jurisdicionais	41	
Grécia	Άρειος Πάγος	14	209
	Συμβούλιο της Επικρατείας	70	
	Ελεγκτικό Συνέδριο	3	
	Outros órgãos jurisdicionais	122	
Espanha	Tribunal Constitucional	1	759
	Tribunal Supremo	133	
	Outros órgãos jurisdicionais	625	
França	Conseil constitutionnel	1	1 160
	Cour de cassation	176	
	Conseil d'État	183	
	Outros órgãos jurisdicionais	800	
Croácia	Ustavni sud	1	48
	Vrhovni sud	2	
	Outros órgãos jurisdicionais	45	

>>>

Estado-Membro	Jurisdição	Evolução	Total
Itália	Corte Costituzionale	9	1 877
	Corte suprema di Cassazione	210	
	Consiglio di Stato	299	
	Outros órgãos jurisdicionais	1 359	
Chipre	Ανώτατο Δικαστήριο	4	11
	Outros órgãos jurisdicionais	7	
Letónia	Satversmes tiesa	10	135
	Augstākā tiesa (Senāts)	86	
	Outros órgãos jurisdicionais	39	
Lituânia	Konstitucinis Teismas	2	112
	Aukščiausiasis Teismas	33	
	Vyriausiasis administracinis teismas	50	
	Outros órgãos jurisdicionais	27	
Luxemburgo	Cour constitutionnelle	1	126
	Cour de cassation	43	
	Cour administrative	21	
	Outros órgãos jurisdicionais	61	
Hungria	Kúria	44	301
	Fővárosi Ítéltábla	8	
	Szegedi Ítéltábla	5	
	Outros órgãos jurisdicionais	244	
Malta	Qorti Kostituzzjonali	1	6
	Outros órgãos jurisdicionais	5	
Países Baixos	Hoge Raad	320	1 184
	Raad van State	152	
	Centrale Raad van Beroep	72	
	College van Beroep voor het Bedrijfsleven	176	
	Tariefcommissie	35	
	Outros órgãos jurisdicionais	429	
Áustria	Verfassungsgerichtshof	4	776
	Oberster Gerichtshof	189	
	Verwaltungsgerichtshof	146	
	Outros órgãos jurisdicionais	437	
Polónia	Trybunał Konstytucyjny	1	406
	Sąd Najwyższy	68	
	Naczelny Sąd Administracyjny	74	
	Outros órgãos jurisdicionais	263	
Portugal	Tribunal Constitucional	1	297
	Supremo Tribunal de Justiça	22	
	Supremo Tribunal Administrativo	98	
	Outros órgãos jurisdicionais	176	
Roménia	Curtea Constituțională	1	366
	Înalta Curte de Casație și Justiție	37	
	Curtea de Apel	195	
	Outros órgãos jurisdicionais	133	

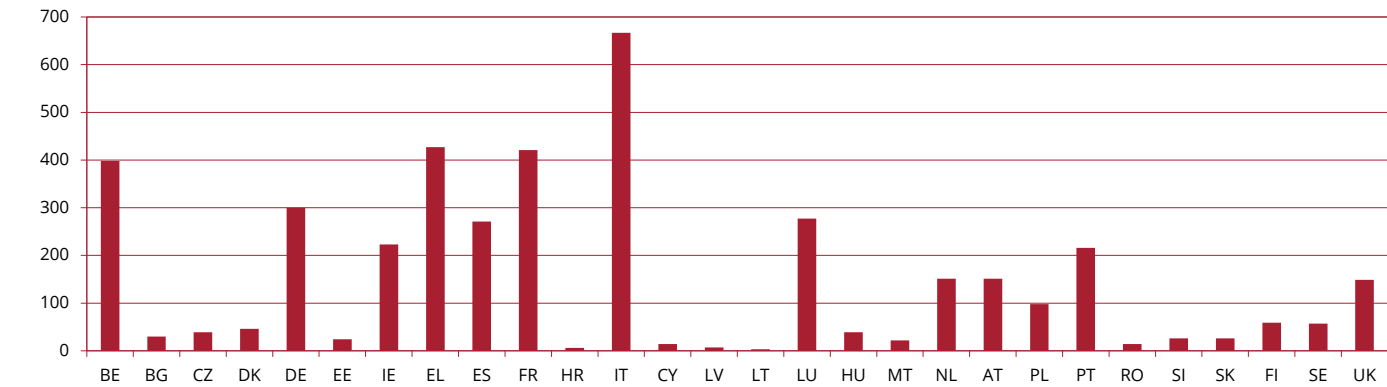
>>>

Estado-Membro	Jurisdição	Evolução	Total
Eslovénia	Ustavno sodišče	5	46
	Vrhovno sodišče	24	
	Outros órgãos jurisdicionais	17	
Eslováquia	Ústavný súd	1	92
	Najvyšší súd	27	
	Najvyšší správny súd	6	
	Outros órgãos jurisdicionais	58	
Finlândia	Korkein oikeus	36	160
	Korkein hallinto-oikeus	75	
	Työtuomioistuin	5	
	Outros órgãos jurisdicionais	44	
Suécia	Högsta Domstolen	30	186
	Högsta förvaltningsdomstolen	49	
	Marknadsdomstolen	5	
	Arbetsdomstolen	4	
	Outros órgãos jurisdicionais	98	
Reino Unido	House of Lords	39	672
	Supreme Court	26	
	Outros órgãos jurisdicionais	607	
Outros	Tribunal de Justiça Benelux/Benelux Gerechtshof ¹	2	3
	Instância de Recurso das Escolas Europeias ²	1	
		Total	14 119

1| Processo C-265/00, Campina Melkunie.
Processo C-169/15, Montis Design.

2| Processo C-196/09, Miles e o.

XXIV. Evolução geral da atividade judicial (1952-2024) —
 Ações por incumprimento intentadas contra os Estados-Membros



BE	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	HR	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK	Total
398	30	39	46	300	24	223	427	271	421	6	667	14	7	3	277	39	22	151	151	98	216	14	26	26	59	57	149	4 161

XXV. Atividade da Secretaria do Tribunal de Justiça (2020-2024)

Tipo de intervenção	2020	2021	2022	2023	2024
Documentos inscritos no registo da Secretaria	107 697	116 340	112 327	106 637	117 532
Páginas apresentadas através da e-Curia	166 614	270 236	305 863	444 456	484 110
Atos processuais apresentados através da e-Curia (percentagem)	79 %	85 %	87 %	89 %	91 %
Audiências de alegações convocadas e organizadas	157	107	178	188	172
Audiências de conclusões convocadas e organizadas	269	283	273	257	240
Acórdãos, pareceres e despachos que põem termo à instância notificados às partes	726	703	730	718	772
Atas de audiências (alegações, conclusões e acórdãos)	877	841	918	914	924
Comunicações ao JO respeitantes aos processos entrados	601	676	741	644	701
Comunicações ao JO respeitantes aos processos findos	759	690	662	701	710

XXVI. Pedidos de decisão prejudicial referidos no artigo 50.º-B do Estatuto (2024)

O Tribunal Geral é competente desde 1 de outubro de 2024 para conhecer dos pedidos de decisão prejudicial que digam exclusivamente respeito a uma ou a várias matérias específicas referidas no artigo 50.º-B do Estatuto, a menos que esses pedidos suscitem questões independentes de interpretação do direito primário, do Direito Internacional Público, dos princípios gerais do Direito da União ou da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Estes pedidos devem ser apresentados ao Tribunal de Justiça, que é chamado a determinar, de acordo com as modalidades previstas no seu Regulamento de Processo, se esses pedidos estão abrangidos pela competência do Tribunal de Justiça ou do Tribunal Geral. Um processo só será criado pelo Tribunal de Justiça ou pelo Tribunal Geral depois de essa determinação ter sido efetuada, consoante a situação, pelo Presidente do Tribunal de Justiça ou pela Reunião Geral do Tribunal de Justiça.

O presente quadro retoma, por matéria, todos os pedidos de decisão prejudicial visados no artigo acima referido e submetidos ao Tribunal de Justiça durante o período em causa e indica o estado concreto do tratamento desses pedidos pelo Tribunal de Justiça no final do período em causa.

	Em análise	Pedidos transmitidos ao Tribunal Geral	Pedidos tratados pelo Tribunal de Justiça	Sem seguimento ¹	Total
Classificação pautal	1	0	0	0	1
Código Aduaneiro	0	1	2	0	3
Imposto sobre o valor acrescentado	2	7	0	0	9
Impostos especiais de consumo	3	3	0	0	6
Indemnização e assistência aos passageiros	0	3	0	0	3
Troca de quotas de emissão de gás com efeito de estufa	1	0	0	0	1
Total	7	14	2	0	23

1| Não foi necessário proferir decisão sobre o pedido de decisão prejudicial devido, por exemplo, à retirada desse pedido pelo órgão jurisdicional de reenvio.



Tribunal de Justiça
L-2925 Luxemburgo
Tel. +352 4303-1

Tribunal Geral
L-2925 Luxemburgo
Tel. +352 4303-1

O Tribunal de Justiça na Internet:

curia.europa.eu

Manuscrito terminado em fevereiro de 2025 / Dados referentes a 31.12.2024

Paginação: Tribunal de Justiça da União Europeia / Direção da Comunicação / Unidade de Publicações e Meios de Comunicação Eletrónicos, 2025

Todas as fotografias © União Europeia, salvo indicação em contrário.

É proibida a utilização ou reprodução de fotografias ou de outros documentos dos quais a União Europeia não seja titular dos direitos de autor sem a autorização dos titulares dos direitos de autor.

Nem a instituição nem nenhuma pessoa atuando em nome da instituição é responsável pela utilização que possa ser feita das informações dadas nesta publicação.

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

© União Europeia, 2025



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DA UNIÃO EUROPEIA

Direção da Comunicação
Unidade Publicações e Meios de Comunicação Eletrónicos

Março de 2025

